



18/01/2016 14:39 - Presidente Nacional do PT diz que críticas de advogados à Lava Jato são 'denúncia relevante'

O presidente nacional do PT, Rui Falcão falou em seu editorial semanal sobre o manifesto contra a Operação Lava Jato feito por dezenas de advogados, entre eles defensores de réus do esquema de corrupção na Petrobrás.

No editorial, intitulado 'O combate à corrupção não pode servir à violação de direitos', Falcão diz que "O fato de alguns dos operadores do direito serem advogados de presos e/ou condenados em primeira instância não tira o mérito do repúdio".

Falcão diz ainda que "O combate à corrupção, a corruptos e corruptores, não pode servir à violação de direitos, nem tampouco para fragilizar a democracia, tão duramente conquistada."

Leia o editorial na íntegra:

Uma carta aberta de advogados, veiculada semana passada sob a forma de "informe publicitário" é mais uma denúncia – relevante –, entre as que vêm se sucedendo contra desmandos perpetrados em nome da chamada Operação Lava Jato.

O fato de alguns dos operadores do direito serem advogados de presos e/ou condenados em primeira instância não tira o mérito do "repúdio ao regime de supressão episódica de direitos e garantias verificado na Operação", conforme o título do documento.

Somando-se a outro texto já subscrito anteriormente por juízes democráticos de juristas, a denúncia alerta para os exageros das delações forçadas, dos vazamentos seletivos de informações, ao excesso das prisões preventivas, para a espetacularização dos julgamentos, às restrições ao direito de defesa e ao trabalho dos advogados e – por que não? – "uma atuação judicial arbitrária e absolutista, de todo incompatível com o papel que se espera ver desempenhado por um juiz, na vigência de um Estado de Direito".

O repúdio dos advogados, que recebeu ataques indecorosos por alguns responsáveis pela Operação, estendeu-se, ainda, para o trabalho sujo de uma semana da imprensa marrom, que publicou fotografias de alguns réus, provavelmente extraídas de seus prontuários, com a clara intenção de "promover-lhes o enxovalhamento e instigar a opinião pública".

E a denúncia – que exige resposta das autoridades – prossegue: "Ainda que parcela significativa da população não se dê conta disso, essa estratégia de massacre midiático passou a fazer parte de um plano de comunicação, desenvolvido em conjunto e em paralelo às acusações formais, e que tem por espúrios objetivos incutir na coletividade a crença de que os acusados são culpados antes mesmos de serem julgados..."

O combate à corrupção, a corruptos e corruptores, não pode servir à violação de direitos, nem tampouco para fragilizar a democracia, tão duramente conquistada. É preciso vigilância e luta aberta contra este embrião de Estado de exceção que ameaça crescer dentro do Estado Democrático de Direito.

[Veja reportagem feita pelo Estado de SP sobre o manifesto dos advogados.](#)

Fonte: Redação